

TRANSCRIÇÃO CPMO

11 de Abril de 2018

Estamos aqui reunidos na nossa habitual conferência de imprensa para anunciar as deliberações do Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique. Queria aproveitar esta ocasião solene para dar os parabéns aos colegas jornalistas pela passagem do 40º aniversário. Queria igualmente agradecer pela parceria existente com o BM. Através dos jornalistas temos tido a oportunidade não só de comunicar com o público sobre as nossas decisões e actuações do mercado, mas também de receber, através dos jornalistas, as reacções, preocupações e as ansiedades do nosso povo. É claramente uma profissão nobre. Vocês devem estar orgulhosos do papel que desempenham, do serviço público que estão a exercer na nossa sociedade, esta sociedade que enfrenta ainda vários desafios que vocês, melhor do que ninguém, conhecem.

Indo ao tema central, devo dizer que a decisão mais importante do CPMO é sobre a taxa MIMO, a taxa de intervenção no mercado monetário. Tendo em conta o comportamento favorável do indicador da inflação nos últimos meses e o seu alinhamento com a nossa projecção de uma inflação, no final do ano, de um dígito, significativamente abaixo de 10%, sentimo-nos confortáveis em reduzir a taxa de juro de política monetária (taxa MIMO) em 150 pontos base, de 18,00% para 16,50%. Tomamos igualmente a decisão de reduzir a taxa de juro de Facilidade Permanente de Cedência de liquidez (FPC) de 100 pontos base para 18% e manter a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) em 12,5%, bem como manter os coeficientes de reserva obrigatórias em moeda nacional como em moeda estrangeira em 14% e 22 % respectivamente.

Dependendo da evolução dos indicadores económico-financeiros e dos factores de risco, o CPMO está preparado para tomar as medidas necessárias para responder a qualquer contingência que possa acontecer no mercado.

Desde o último CPMO, realizado a 26 de Fevereiro, até hoje, emitimos 3 Avisos, que constituem o instrumento de regulamentação do sistema do Banco Central:

- 1 Código de Conduta das Sociedades de Crédito e Instituições Financeiras
2. Publicidade dos Produtos e Serviços Financeiros
3. Condições da Movimentação da Conta Específica de Receita de Exportação.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A nível doméstico continua a ser a sustentabilidade da dívida pública e a evolução dos preços dos bens administrados e a nível internacional temos a manifestação do protecçãoismo no comércio internacional, com particular relevância para os Estados Unidos, que por sua vez

tem impacto em outros países, provocando este clima de incertezas e ansiedades no comércio internacional, e a volatilidade do dólar e dos preços das *commodities*, em particular os nossos produtos de exportação e importação que são o carvão, o gás natural de importação, o algodão, etc.

CONTEXTO

O clima económico visto pelos nossos operadores continua positivo tendo subido pelo sexto mês consecutivo. Este indicador mostra como os empresários inquiridos veem as perspectivas de emprego, procura e de actividade, e continua consistente pelo sexto mês consecutivo.

Isso também sinaliza que a actividade económica continua a responder gradualmente, facto positivo.

INFLAÇÃO

O Instituto Nacional de Estatística tem nos actualizado regularmente sobre o comportamento da inflação sendo que esta continua extremamente baixa. Os últimos dados sobre a inflação mostram que, em Março, a inflação homóloga era de 3%, valor significativamente baixo comparado a igual período do ano passado (acima de 21%). É uma queda substancial da inflação considerando ainda que na altura de pico, em 2016, atingiu cerca de 27%.

Quando excluímos certos factores de preço, como frutas e vegetais e preços administrados, sendo que uns são voláteis e outros são controlados por decisões de política como é o caso dos preços administrados, observamos que a inflação (1,34%) fica significativamente abaixo da inflação geral (3%).

MERCADO CAMBIAL

No passado tivemos aqui um debate caloroso sobre o mercado cambial, com indicação de uma certa preocupação externa uma vez que o mercado cambial, depois de ter apreciado por vários meses iniciou uma nova tendência de depreciação e volatilidade da moeda. O câmbio começou a depreciar a uma velocidade crescente no mercado cambial tendo causado uma certa ansiedade na sociedade. Dissemos, na altura, que isso se devia a uma série de factores nomeadamente a mudança de paradigma em resultado da introdução de um novo regulamento da lei cambial e a sazonalidade das nossas receitas líquidas de exportação.

O primeiro trimestre do ano é o período que, por razões óbvias, exportamos menos, as receitas de exportação comparadas com as das importações de bens e serviços são muito inferiores e o câmbio normalmente deprecia. Tomamos medidas considerando, sobretudo, a volatilidade, de entre elas, (i) o aumento das reservas obrigatórias para 22%, cerca de 800 pontos base, (ii) venda de divisas anunciadas previamente e para a compra de combustível e (iii) abertura do mercado da importação de combustíveis do ponto de vista de acesso a divisas. Tradicionalmente o Banco de Moçambique só vendia divisas aos bancos que estavam inscritos no sindicato de importação de combustíveis que eram tradicionalmente o BIM e o BCI. O que fizemos foi abrir esta venda para toda banca desde que reunissem condições necessárias, independentemente de estar ou não estar filiado ao Sindicato.

Condições da movimentação da conta específica de receita de exportação

De forma resumida podemos observar que o comportamento das taxas de câmbio dos bancos comerciais com o público, desvaloriza até atingir o nível de 62,74MZN/USD nos dias 10 e 11 de Março. Em resultado das medidas tomadas no mercado cambial começamos a observar uma certa normalidade no comportamento que se manifestou através da reversão da tendência e da volatilidade do câmbio. Hoje, posso tranquilamente afirmar que o mercado está relativamente estabilizado, a ansiedade que existia da banca e dos trabalhadores sobre o comportamento do câmbio está praticamente controlada.

As taxas de câmbio dos bancos têm tendência a convergir. No período de volatilidade do câmbio a que nos referimos (Fevereiro), as taxas de câmbio começaram a comportar-se de uma maneira não alinhada e hoje, como resultado da estabilidade e de uma maior tranquilidade no mercado, elas começam a convergir de modo que a taxa de referência e a taxa média dos bancos comerciais com o público estão praticamente alinhadas. A única taxa que continua a ter um comportamento diferente, porque tem as suas particularidades, é a taxa das casas de câmbio. Parte das medidas que tomamos deveu-se ao facto de as taxas estarem completamente desalinhadas, a volatilidade era significativa, tínhamos que agir e hoje estamos satisfeitos com os resultados alcançados.

RESERVAS

O nível das reservas internacionais no país é confortável. As reservas brutas continuam acima dos 7 meses de importação, acima dos níveis recomendados que são de 6 meses, o que é muito bom dadas as incertezas, desafios e riscos que temos hoje. Precisamos de nos acautelar, ter margens para poder lidar com situações de emergência que possam ocorrer. O facto de termos enfrentado uma volatilidade no início do ano, numa situação em tínhamos um nível de reservas elevado, permitiu-nos enfrentar essa situação com calma, sem

preocupações e ansiedades do ponto de vista do regulador. Este cenário teria sido diferente se as nossas reservas estivessem a níveis baixos.

A última leitura das nossas reservas brutas estava em 3 260 biliões de dólares.

RISCO FISCAL

O risco continua elevado. Os indicadores definidos, em termos da dívida interna, mostram que este risco continua a crescer tendo aumentado de 104 697 milhões de meticais, em Fevereiro, para 107 823 milhões de meticais, em finais de Março.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO

As taxas de juro continuaram a cair. Pela primeira vez em vários anos houve uma reversão do comportamento. As taxas de juro do mercado interbancário estão inferiores à taxa de referência do BM, mostrando que, pela primeira vez, o mercado e a banca estão alinhados com a nossa visão de regulador no sentido de redução das taxas. Iniciamos o ciclo de redução das taxas de juro em Abril de 2017 e o temos feito de uma maneira contínua consistente com a nossa expectativa de uma inflação reduzida no decorrer de 2018 e 2019.

Do ponto de vista de mercado, isso não se verificava, o mercado não acreditava nisso, não havia confiança, como resultado tínhamos uma curva relativamente crescente apesar de o BM afirmar que a projecção de inflação era de queda a banca optava pela subida. Hoje, vários anos depois, há uma sintonia clara entre o mercado, em termos de expectativa, e o BM.

LIQUIDEZ

A liquidez potencial encontra-se em cerca de 160 mil milhões de meticais e está essencialmente aplicada em Bilhetes de Tesouro e Obrigações de Tesouro, sendo que o restante se encontra no sistema interbancário. De uma maneira geral, toda a liquidez do sistema está praticamente nesses instrumentos.

O crédito e os agregados monetários continuam estagnados, mantendo a mesma leitura que tínhamos em Fevereiro.

PRODUTO INTERNO BRUTO E INFLAÇÃO

O PIB continuará a crescer moderadamente, segundo as nossa projecções internas, e a inflação estará a 1 dígito, abaixo dos 10%. Em outras palavras o que queremos dizer é que em condições normais, se continuarmos a fazer o nosso trabalho na normalidade esperamos que a inflação, no final de 2018, seja de um dígito com um crescimento do PIB moderado.

SESSÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

IMPLICAÇÕES DO AUMENTO DA TAXA DO FED PARA 1,75%

O aumento terá um impacto sobre o fluxo de capital a curto prazo. Para nós os fluxos de capitais com impacto no nosso país são de médio e longo prazo, essencialmente investimento directo em forma de compra e construção de empresas. Essa taxa de juro terá um impacto relativamente marginal porque nós ainda não estamos integrados aos fluxos de curto prazo na nossa economia.

TAXAS DE JURO ACTIVAS PRATICADAS PELOS BANCOS COMERCIAIS NÃO ESTÃO ALINHADAS COM O COMPORTAMENTO DAS TAXAS DO BM

O BM na qualidade de autoridade monetária tem controlo sobre certas componentes da taxa activa que os bancos praticam com os seus clientes e, como tem vindo a observar, essa componente da taxa final ao consumidor, na parte que nos compete, tem vindo a cair. No entanto, temos consciência que as taxas praticadas pela banca não têm reduzido na mesma proporção, nem a níveis desejados. Quando subimos a taxa, os bancos comerciais sobem na mesma proporção, mas quando reduzimos a taxa estes já não o fazem na mesma proporção.

Este é um debate legítimo. Estamos a trabalhar com a banca para lidar com essas situações. Neste momento seria prematuro afirmar o que vamos alcançar, mas há um trabalho em curso. A nossa postura tem sido no sentido de colaboração, e não de confrontação. Poderíamos tomar decisões unilaterais, pois o Banco tem todos os poderes para assim proceder, mas não é isso que queremos. Soluções sustentáveis são aquelas em que uma parte tenta entender o comportamento da outra parte de modo a trabalhar conjuntamente.

Em última análise queremos o bem-estar do nosso consumidor. Há, portanto, um trabalho que está em curso que inclui também questões de *spread* para sabermos como os bancos comerciais calculam o seu *spread*, quais os critérios, para sabermos qual será o seu comportamento quando aumentarmos as taxas. Temos uma equipa do BM a trabalhar conjuntamente com uma equipa da Associação de Bancos nessa matéria.

ESCLARECIMENTO SOBRE AS SANÇÕES AOS BANCOS COMERCIAIS

Nós não temos qualquer *feedback* que os bancos comerciais estejam a recorrer nos tribunais. Todas as multas foram pagas. Trata-se de infracções que ocorreram em vários períodos, mas as sanções foram aplicadas no ano passado. Gostaria de realçar que pautamos pela colaboração com a banca, que não existe qualquer confronto, podíamos até ter sido mais rigorosos do que fomos, mas o que pretendemos é sinalizar uma certa preocupação, queremos que a banca melhore o seu comportamento. Trata-se de instituições de crédito que

estão a gerir as poupanças dos nossos cidadãos e temos que assegurar que eles trabalham com os melhores padrões de transparência dentro da lei e práticas nacionais e internacionais. A banca vai ter que se habituar a isso porque vamos, regularmente, sancionar as instituições que não estejam a cumprir com as regras e iremos publicar essas sanções nos órgãos de comunicação. Essa é uma nova realidade e é parte da disciplina do mercado. É importante que a sociedade e os accionistas os vários órgãos sociais saibam o que está a acontecer. Os bancos estão a colaborar connosco nessa matéria.

PREÇOS DOS COMBUSTÍVES

Embora não seja o banco a lidar com a questão dos preços de combustível posso afirmar claramente existe agora maior flexibilidade em relação aos preços de combustíveis. A eliminação dos subsídios permite que os preços baixem em função dos preços internacionais. O combustível é um bem que como tantos outros tem variações de preços. Se os preços internacionais sobem/baixam, a nível local o preço dos combustíveis também devem subir/baixar.

A não verificação deste comportamento, acarreta um preço bastante elevado para a sociedade e para as nossas finanças públicas, porque quando os preços internacionais sobem e os nossos não sobem quer dizer que alguém terá de pagar a diferença, nesse caso o estado através dos impostos que ao invés de serem utilizados para a saúde, para as estradas ou outros bens prioritários estão a subsidiar o consumo desse bem.

RISCOS SOBRE O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

Este não é um momento oportuno, vou tomar nota disso e vou pedir aos colegas da área de educação financeira para responder em momento oportuno. Temos um departamento específico para educação financeira, o que podemos fazer é incluir essa matéria num dos nossos programas de educação financeira para que o público possa entender melhor o que está a acontecer. Estamos a ser rigorosos de modo a tornar a nossa praça numa praça financeira de rigor e seriedade nesta matéria e, para o efeito, estamos a trabalhar com a banca que é o beneficiário primário. Aqui, estamos igualmente num cenário de colaboração e não confrontação, a banca quer contribuir para o nosso sistema e tudo tem que ser feito dentro das regras e práticas previstas nas nossas leis, regulamentos e práticas nacionais e internacionais.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS ADMINISTRADOS

Neste momento não temos a capacidade de prever os preços, mas se os factores que afectam os custos de transporte, etc sobem e o preço ao consumidor não é ajustado, alguém tem que pagar. E quando isso não acontece o dinheiro dos impostos é que tem que subsidiar. A

sociedade pode até decidir por esta via, mas a conta é elevada nesse tipo de subsídios. É necessário a tomada de consciência do custo da conta e assegurar que certos preços começam a responder aos custos implícitos na produção desses bens e serviços.

Obrigado